

## O PAPEL DO AEE NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

### THE ROLE OF AEE IN LITERACY OF STUDENTS TARGET AUDIENCE OF SPECIAL EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Ionice Zucolar<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem se consolidado como um importante instrumento de apoio à inclusão e à alfabetização dos estudantes público-alvo da educação especial, promovendo práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam as diferenças. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar as potencialidades e os desafios do AEE no processo de alfabetização e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, a partir da revisão e discussão de pesquisas recentes sobre o tema. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, realizada em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, CAPES e repositórios institucionais. Os resultados indicam que o AEE exerce papel fundamental na mediação pedagógica, na utilização de recursos multimodais, tecnológicos e de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), favorecendo o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos alunos. Entretanto, persistem desafios como a fragmentação entre o AEE e o ensino regular, a carência de formações continuadas e a escassez de recursos materiais e estruturais. Conclui-se que o fortalecimento do trabalho colaborativo, o investimento em formação docente e a ampliação de políticas públicas são condições essenciais para a efetividade do AEE e para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2861

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Alfabetização. Inclusão Escolar. Educação Especial.

**ABSTRACT:** Specialized Educational Services (SEAs) have established themselves as an important tool for supporting the inclusion and literacy of students targeted by special education, promoting pedagogical practices that recognize and value differences. Given this scenario, this study aimed to analyze the potential and challenges of SEAs in the literacy and inclusion process of students targeted by special education, based on a review and discussion of recent research on the topic. Methodologically, this is an exploratory and descriptive bibliographic study conducted in databases such as SciELO, Google Scholar, CAPES, and institutional repositories. The results indicate that SEAs play a fundamental role in pedagogical mediation, utilizing multimodal, technological, and Augmentative and Alternative Communication (AAC) resources, fostering students' cognitive and linguistic development. However, challenges persist, such as the fragmentation between Special Education and regular education, the lack of ongoing training, and the scarcity of material and structural resources. It can be concluded that strengthening collaborative work, investing in teacher training, and expanding public policies are essential conditions for the effectiveness of Special Education and the consolidation of truly inclusive education.

**Keywords:** Specialized Educational Services. Literacy. School Inclusion. Special Education.

---

<sup>1</sup>Especialização em andamento em Alfabetização para Educandos com Deficiência Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID: 0009-0003-7571-7989.

## I INTRODUÇÃO

Desde os tempos antigos, as dificuldades em lidar com as diferenças e em aceitar as deficiências e limitações humanas têm sido evidenciadas em diversas sociedades. Pessoas com deficiência estão presentes em todos os contextos culturais, étnicos e socioeconômicos, variando, contudo, a forma como cada sociedade convive com a diversidade, de modo geralmente lento e condicionado aos valores e concepções predominantes em cada época (Januzzi, 2004; Mantoan, 2003; Mazzotta, 2003).

Historicamente, as pessoas com deficiência foram vistas de forma estigmatizada, sendo associadas a ideias de degeneração, ameaça à espécie humana, incapacidade e infantilização permanente. Durante muito tempo, foram tratadas como objetos de piedade e caridade, e não como sujeitos de direitos. Somente com o passar dos séculos é que essa visão começou a se transformar, culminando no reconhecimento da pessoa com deficiência como cidadã e participante ativa da sociedade (Januzzi, 2004; Mantoan, 2003; Mazzotta, 2003).

No cenário educacional brasileiro, especificamente, o que se tem notado, principalmente nas últimas décadas, é um avanço em direção a uma perspectiva inclusiva, fundamentada em políticas públicas que reconhecem o direito de todos os estudantes à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais. A Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidaram princípios voltados à equidade e à valorização da diversidade no contexto escolar, propondo a eliminação de barreiras e a promoção de práticas pedagógicas que assegurem a participação plena de todos os alunos no processo educativo.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel fundamental ao complementar e suplementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial. O AEE é compreendido como um serviço da educação especial responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a remoção de barreiras e a plena participação dos alunos, de acordo com suas necessidades específicas. Esse atendimento tem caráter complementar e/ou suplementar à formação dos estudantes, buscando promover sua autonomia dentro e fora do ambiente escolar. Trata-se de uma oferta obrigatória dos sistemas de ensino e possui funções próprias, distintas do apoio ou reforço escolar, não devendo substituir o ensino comum nem realizar adaptações curriculares

ou de avaliação, mas sim oferecer suporte especializado ao processo de inclusão (Brasil, 2008; Mantoan; Ramos; Barreto, 2018).

Nessa direção, o AEE, ao propor adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas, constitui-se em espaço estratégico para a promoção da inclusão escolar e para o fortalecimento da alfabetização como direito humano básico. No entanto, apesar dos avanços legais e conceituais, ainda persistem desafios relacionados à formação dos professores, à articulação entre o AEE e a sala de aula regular, bem como às condições estruturais e pedagógicas necessárias à efetiva implementação dessa política.

Sobre os entraves, Silva e Faria (2021) elucidam que em muitas escolas o AEE ainda não se efetiva de maneira plena, uma vez que há fragilidades na comunicação entre os professores da sala comum e os responsáveis pelo AEE. Essa falta de articulação faz com que o trabalho desenvolvido nesses dois espaços ocorra de forma paralela, sem integração, o que compromete o atendimento adequado às necessidades específicas dos alunos e limita o alcance dos objetivos inclusivos propostos pela escola.

A alfabetização dos estudantes público-alvo da educação especial, por sua vez, exige práticas intencionais, mediadas e significativas, capazes de reconhecer as singularidades de cada aluno e de promover o desenvolvimento de suas potencialidades. Tal processo ultrapassa a mera aquisição do código escrito, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais que se entrelaçam no ato de aprender. Assim, compreender o papel do AEE na alfabetização implica refletir sobre como esse serviço pode contribuir para o letramento e para a inclusão, evitando práticas segregadoras e reforçando o compromisso com uma escola verdadeiramente democrática e acessível.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios do Atendimento Educacional Especializado no processo de alfabetização e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, a partir da revisão e discussão de pesquisas recentes sobre o tema. Busca-se, portanto, evidenciar como o AEE tem se configurado na prática pedagógica e quais caminhos podem fortalecer sua atuação na construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender de forma mais aprofundada como o AEE tem contribuído, na prática, para o processo de alfabetização dos estudantes público-alvo da educação especial, bem como pelos desafios que ainda permeiam sua efetivação nas escolas brasileiras. Nesse sentido, investigar as potencialidades e limitações do

AEE é fundamental para repensar as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização, promover reflexões sobre o papel dos professores especializados e fortalecer o compromisso das instituições escolares com a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva (Prodanov; Freitas, 2013), por possibilitar a análise e a sistematização de conhecimentos já produzidos sobre o tema, permitindo compreender as contribuições teóricas e práticas do Atendimento Educacional Especializado no processo de alfabetização e inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial. A pesquisa qualitativa é apropriada para o estudo dos significados, valores, atitudes e relações humanas, permitindo interpretar a realidade em sua complexidade e em seus múltiplos contextos (Minayo, 2012).

Do ponto de vista exploratório, a pesquisa buscou ampliar a compreensão acerca das potencialidades e dos desafios do AEE, a partir da revisão de estudos recentes que abordam diferentes perspectivas e contextos educacionais. Já o caráter descritivo justifica-se pela intenção de apresentar, organizar e discutir as informações encontradas nas produções selecionadas (Prodanov; Freitas, 2013).

2864

A coleta dos dados ocorreu por meio de uma revisão bibliográfica que, para Fonseca (2002, p. 31-32), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

O levantamento dos trabalhos foi realizado em repositórios institucionais e em bases de dados científicas, tais como SciELO, Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e repositórios de universidades públicas brasileiras. Foram utilizados descritores como “Atendimento Educacional Especializado”, “alfabetização”, “inclusão escolar” e “educação especial”. A seleção considerou artigos, dissertações e monografias que apresentassem relação direta entre o AEE e o processo de alfabetização.

Após a seleção, os trabalhos foram organizados em um quadro síntese contendo título, autoria, ano e tipo de publicação, permitindo a análise comparativa e a identificação de

convergências e divergências entre os resultados. A partir dessa sistematização, procedeu-se à análise qualitativa do conteúdo, orientada pela interpretação crítica das contribuições, potencialidades e desafios evidenciados nas pesquisas revisadas.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Aranha (2005), desde a Antiguidade as pessoas com deficiência foram alvo de exclusão e preconceito, vistas como amaldiçoadas, fonte de medo ou de entretenimento para os demais. Durante o período cristão e medieval, a influência da Igreja reforçou a marginalização, chegando a associar a deficiência a manifestações demoníacas. Somente a partir das transformações sociais e científicas ocorridas entre a Revolução Burguesa e os séculos XVII e XVIII é que começaram a surgir interpretações mais racionais e orgânicas sobre a deficiência, abrindo caminho para abordagens voltadas à estimulação e à educação dessas pessoas.

Assim, a trajetória histórica do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais foi marcada por processos de segregação e exclusão, que variaram conforme o contexto histórico e social. As concepções sobre a deficiência e as atitudes diante das pessoas com essas condições transformaram-se ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas condições socioculturais (Aranha, 2005).

2865

De acordo com Ainscow (1991), a efetivação de uma escola inclusiva e de qualidade requer o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo — alunos, professores, famílias e gestores —, que devem atuar de forma colaborativa na superação das dificuldades, na criação de condições adequadas de aprendizagem e na promoção de uma cultura escolar pautada no respeito e na valorização da diversidade. De maneira complementar, Omote *et al.* (2005) explanam que a transformação da escola em um espaço verdadeiramente inclusivo exige mudanças estruturais, pedagógicas e, sobretudo, de mentalidade, envolvendo toda a comunidade escolar e as famílias. Os autores destacam que os professores têm papel central nesse processo, sendo fundamental que desenvolvam não apenas habilidades técnicas, mas também uma nova concepção de ensino pautada em atitudes positivas e comprometidas com a inclusão.

Através de diversos marcos legais e políticas inclusivas, o Brasil tem se empenhado em reparar historicamente a exclusão vivenciada por pessoas com deficiência, buscando garantir-lhes acesso e participação efetiva na sociedade e no ambiente educacional (Rodrigues; Lima, 2017).

Um deles diz respeito ao AEE. De acordo com o Decreto nº 6.571/2008, o governo federal tem o dever de oferecer apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para ampliar o Atendimento Educacional Especializado destinado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O AEE é definido como um conjunto de recursos e práticas pedagógicas complementares à formação escolar, integrando-se à proposta pedagógica e envolvendo a participação da família. O decreto estabelece objetivos como garantir acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, promover a transversalidade da educação especial, eliminar barreiras pedagógicas e assegurar a continuidade dos estudos. Entre as ações previstas estão a implantação de salas de recursos multifuncionais, a formação de professores e gestores, a adequação arquitetônica das escolas e a produção de materiais acessíveis, assegurando uma educação inclusiva e equitativa (Brasil, 2008).

Salvini *et al.* (2019) explicam que, em geral, alunos brancos, matriculados em escolas públicas, com acesso a transporte escolar e residentes em áreas urbanas têm maior probabilidade de participação no AEE, possivelmente devido à maior oferta de políticas e infraestrutura voltadas a essas instituições. Quanto ao sexo, os efeitos variam conforme o tipo de necessidade especial, sem um padrão definido. Pletsch (2012), por sua vez, sublinha que existem diversos problemas no AEE ofertado nas salas de recursos multifuncionais, como superlotação, falta de acessibilidade, insuficiência de profissionais capacitados e precariedade do transporte adaptado.

2866

Apesar dos muitos problemas existentes, é importante ter em mente que o AEE “pode viabilizar a inclusão na rede regular de ensino” (Ferreira; 2016, p. 292). Para a autora

É importante destacar que é fundamental promover a formação dos professores enquanto especialistas na área, para que estes possam fazer intervenções adequadas, atuando efetivamente como mediadores no processo inclusivo; ademais as práticas desenvolvidas na modalidade de ensino da Educação Especial devem pautar-se em metodologias diferenciadas, considerando a especificidade da deficiência/transtorno/necessidade educacional especial do educando em atendimento, no intuito de auxiliá-lo a desenvolver suas potencialidades; outro elemento relevante é a necessária articulação entre educador da sala de aula regular e da sala de AEE, visto que seus trabalhos pedagógicos podem e devem ser complementares, sendo crucial desmistificar estereótipos e desconstruir preconceitos e discriminações em torno da clientela atendida pela Educação Especial (Ferreira; 2016, p. 292).

No que diz respeito à alfabetização, precisamente, apesar do panorama desfavorável no Brasil, Mortatti (2006) aponta que esforços para superar esse problema têm sido amplamente discutidos ao longo do tempo, inicialmente centrados na sistemática e, posteriormente, nos métodos de ensino. O autor destaca também que houve intensos debates entre defensores de métodos tradicionais e aqueles que propunham abordagens consideradas inovadoras.

Segundo Soares e Batista (2005), a alfabetização deve ser compreendida como um processo que envolve planejamento didático, com objetivos, conteúdos e procedimentos coerentes; a aprendizagem da leitura e da escrita resulta de complexos processos cognitivos, nos quais cada estudante investe tempo, esforço e interesse para compreender melhor o objeto de conhecimento (Padilha; Fonseca, 2025).

O processo de alfabetização apresenta desafios significativos mesmo no contexto do ensino regular, exigindo planejamento cuidadoso, recursos adequados e atenção às diferentes formas de aprendizagem dos alunos. Quando se trata da educação especial, esses desafios se ampliam, pois é necessário considerar as necessidades específicas de cada estudante, incluindo deficiências cognitivas, sensoriais ou múltiplas, que podem afetar a aquisição da leitura e da escrita. Nesse contexto, o professor precisa adotar estratégias pedagógicas individualizadas, promover adaptações curriculares e criar oportunidades de reflexão sobre a escrita que respeitem o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada aluno, garantindo que o processo de alfabetização seja realmente inclusivo e significativo. Além disso, torna-se imprescindível o apoio da família e do Estado.

A literatura sobre a relação entre o AEE e o processo de alfabetização ainda se mostra relativamente incipiente, apresentando poucos estudos que abordem de forma aprofundada essa temática. Diante dessa limitação, optou-se por selecionar apenas sete trabalhos que oferecem contribuições relevantes, permitindo analisar de maneira mais focada os desafios, estratégias e possibilidades do AEE no contexto da alfabetização de alunos com necessidades educacionais especiais. Para Barreto e Shimazaki (2018, p. 2), “a alfabetização dos alunos público alvo da Educação Especial é um tema que demanda ser aprofundado por meio de pesquisas”.

2867

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seguir estão sete trabalhos que investigam a atuação do AEE no processo de alfabetização. Esses estudos abordam diferentes perspectivas sobre como o AEE pode contribuir para a inclusão, destacando tanto os entraves encontrados pelos profissionais na prática pedagógica quanto as estratégias que se mostram eficazes para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. A análise dessas pesquisas permite compreender de forma mais ampla as potencialidades do AEE e os fatores que influenciam sua efetividade no contexto escolar.



**Quadro 1** – Trabalhos selecionados.

| TÍTULO   | AUTORIA   | ANO  | TIPO   |
|--|---|------|--|
| O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DE RECURSOS DE COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E/OU ALTERNATIVA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO | Janaina Luiza Moreira de Castro                                       | 2019 | Dissertação – Universidade Federal do Ceará (UFC)              |
| PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: O TRABALHO COLABORATIVO ENTRE PROFESSORAS DO ENSINO REGULAR E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO            | Shirley Thayza Soares de Souza  | 2024 | Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)        |
| ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM E APROPRIAÇÃO DA ESCRITA ALFABÉTICA POR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL                                  | Rozeli de Farias  | 2022 | Dissertação - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)        |
| UMA PROPOSTA COM MULTILETRAMENTOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO AUTISTA   | Soraya Gonçalves Celestino da Silva e Evangelina Maria Brito de Faria | 2021 | Artigo - Revista de Educação (PUC-Campinas)                    |
| PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REFLEXÕES SOBRE AS TENSÕES, DESAFIOS E CONQUISTAS DA DOCÊNCIA   | Catarina Padilha e Janete Rosa da Fonseca                             | 2025 | Artigo - Revista Diálogos Interdisciplinares (GEFIP/UFMS/CPAQ) |
| ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DO AUTISMO: DIRETIVAS E PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA ALFABETIZAÇÃO   | Maria das Dores Trajano Ribeiro                                       | 2024 | Monografia – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)           |
| CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO DE PROFESSORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO   | Wanessa Ferreira Borges e Dulcéria Tartuci                            | 2024 | Artigo – Revista Eletrônica de Educação                        |

**Fonte:** elaboração própria (2025).

De acordo com os resultados da pesquisa de Castro (2019), os alunos com deficiência intelectual apresentam potencial para o desenvolvimento cognitivo e para a aprendizagem da



linguagem escrita, desde que lhes sejam ofertadas oportunidades pedagógicas que respeitem suas particularidades e utilizem recursos e estratégias diversificadas.

A autora destaca que a atuação do professor do AEE é essencial nesse processo, especialmente quando fundamentada em práticas intencionais e mediadas por recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), os quais favorecem a autonomia, a comunicação e o engajamento dos alunos nas atividades. Além disso, evidencia-se que a efetivação da inclusão escolar requer uma atuação colaborativa entre professores, gestores e demais profissionais, bem como o apoio de uma equipe multidisciplinar, a fim de garantir condições adequadas para o desenvolvimento dos alunos e para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva (Castro, 2019).

Souza (2024), por sua vez, constatou que a efetividade das práticas de alfabetização voltadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende, em grande medida, do trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e os profissionais do AEE. A autora observa que essa articulação tem sido comprometida por fatores como a carga horária excessiva e a ausência de momentos de planejamento conjunto, agravada pela atuação em turnos opostos. Ela ressalta que, embora as políticas públicas brasileiras orientem para a consolidação de uma educação inclusiva, ainda há lacunas na implementação dessas diretrizes, evidenciando a necessidade de maior acompanhamento, fiscalização e debate sobre a qualidade do ensino destinado aos alunos com deficiência.

2869

A pesquisadora enfatiza, ainda, que a escola deve constituir-se como um espaço de valorização das individualidades e do desenvolvimento cognitivo e social de todos os estudantes, reconhecendo suas experiências e bagagens culturais. No caso dos alunos com TEA, a autora destaca que, apesar dos desafios ampliados, práticas pedagógicas planejadas, diversificadas e desafiadoras podem favorecer significativamente o processo de alfabetização. Por fim, aponta como caminhos para futuras investigações a necessidade de compreender melhor as percepções dos professores do ensino regular sobre o AEE e reforça a importância das formações continuadas para a atualização docente frente às novas abordagens e recursos inclusivos (Souza, 2024).

Já Farias (2022) constatou que a efetivação do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência intelectual está diretamente relacionada ao envolvimento da escola e da família na oferta do AEE. A autora evidencia que o diálogo contínuo entre família e escola favorece avanços na autonomia e no desenvolvimento cognitivo

do aluno, demonstrando que a parceria entre esses dois espaços é fundamental para o êxito das práticas pedagógicas inclusivas.

A autora elucida ainda que o fazer pedagógico no AEE, especialmente voltado à alfabetização, deve contemplar atividades diversificadas e o uso de recursos didáticos e tecnológicos adequados, os quais despertam a curiosidade e favorecem a reflexão e o aprendizado. Contudo, a autora ressalta a necessidade de garantir o acesso a equipamentos e materiais para assegurar a efetiva inclusão e acessibilidade dos alunos (Farias, 2022).

Ademais, ela destaca a importância da mediação pedagógica no processo de aquisição da língua escrita. As atividades, permeadas por ludicidade e intencionalidade, promovem a construção de significados e o avanço gradual da criança no Sistema de Escrita Alfabética (SEA). Assim, conclui que o trabalho mediado pelo docente do AEE contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança observada, evidenciando o papel transformador do AEE (Farias, 2022).

Ampliando a discussão, Silva e Faria (2021) verificaram que o uso de recursos como jogos, desenhos, maquetes e computadores mostra-se fundamental no processo inicial de aquisição da escrita, pois os elementos multimodais favorecem o desenvolvimento cognitivo e comunicativo dos alunos com autismo. As autoras ressaltam que o emprego de ferramentas culturais, mediado pelo professor, potencializa o funcionamento biológico natural — como as percepções e sensações — e o eleva a níveis superiores de funcionamento mental, promovendo maior participação nas atividades sociais e ampliando as experiências essenciais ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como o raciocínio, o pensamento e a linguagem.

Nesse contexto, Silva e Farias (2021) enfatizam a importância de uma avaliação diagnóstica contínua, que permita ao professor compreender as especificidades de cada aluno e planejar estratégias pedagógicas adequadas às suas potencialidades e limitações. O professor do AEE é destacado como mediador central nesse processo, responsável por incentivar, adaptar e reinventar atividades que estimulem a aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem escrita. As autoras concluem que a utilização de gestos, desenhos e jogos funciona como um conjunto de “andaimes” pedagógicos que sustentam e impulsionam o ingresso do aluno com autismo no universo da escrita.

Padilha e Fonseca (2025) contribuem explicando que a avaliação da evolução escrita dos alunos público da educação especial deve considerar as diferentes etapas de desenvolvimento da

escrita, desde registros sem valor representativo até produções que revelam a consciência sobre o funcionamento do sistema alfabético. O processo de inclusão desses alunos nas escolas públicas ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo na adequação dos espaços, na formação de professores e na efetivação de currículos e recursos didáticos que atendam às suas reais necessidades. Apesar das dificuldades, observa-se que cada avanço no Atendimento Educacional Especializado representa uma conquista, reafirmando a importância da escola em reconhecer que as dificuldades de aprendizagem são responsabilidade coletiva, exigindo práticas pedagógicas adaptadas que promovam autonomia, letramento e desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Ribeiro (2024), a análise do AEE no processo de alfabetização de alunos com TEA evidencia a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as particularidades de cada estudante. A autora destaca que a inclusão escolar vai além das adaptações físicas, exigindo a reestruturação das metodologias de ensino e o uso de estratégias diversificadas e fundamentadas em evidências científicas. Entre as possibilidades, ressaltam-se as metodologias multissensoriais, o uso de tecnologias assistivas, a organização de rotinas claras e ambientes estruturados, bem como o emprego de linguagem simples e recursos visuais para facilitar a compreensão. Ademais, salienta-se a importância da formação continuada dos professores e do fortalecimento das políticas públicas e do AEE como espaços de apoio e adaptação voltados às necessidades específicas de cada aluno.

2871

Por fim, o estudo de Borges e Tartuci (2024) evidenciou que as professoras participantes da pesquisa e que fazem parte do AEE demonstram grande preocupação com o domínio da escrita, com as defasagens escolares e com o tempo reduzido para o desenvolvimento de atividades de letramento. Observou-se que muitas ainda associam letramento à simples alfabetização, o que limita suas práticas pedagógicas, frequentemente marcadas por abordagens instrumentais. Além disso, a pesquisa apontou fragilidades na compreensão sobre a flexibilização curricular e dificuldades em articular o trabalho com as atividades de vida diária e o ensino sistemático da leitura e da escrita. As autoras concluem que compreender as concepções e práticas de letramento dessas docentes é essencial para repensar o papel do AEE na promoção da inclusão e do desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial.

De modo geral, a análise dos estudos permite compreender que o AEE ocupa um papel central na promoção da alfabetização e da inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial, configurando-se como um espaço de mediação pedagógica, apoio à aprendizagem e

valorização das singularidades de cada aluno. As pesquisas destacam como potencialidades do AEE a possibilidade de desenvolver práticas pedagógicas intencionais, adaptadas e multimodais, que favorecem a autonomia, a comunicação e o engajamento dos alunos, sobretudo quando associadas ao uso de tecnologias assistivas, recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa CAA e metodologias lúdicas. Evidencia-se também o poder transformador das ações docentes pautadas na mediação e na ludicidade, que permitem ao estudante avançar no processo de alfabetização.

Por outro lado, os trabalhos analisados revelam desafios persistentes que comprometem a efetividade da inclusão escolar, entre eles: a fragmentação entre o trabalho do professor do AEE e o docente da sala regular, a insuficiência de tempo e de recursos materiais para a realização das atividades, a carência de formações continuadas específicas e a compreensão ainda limitada sobre conceitos fundamentais. Soma-se a isso a necessidade de maior envolvimento da gestão escolar e da família, bem como de políticas públicas que assegurem condições estruturais e pedagógicas para o funcionamento adequado do AEE.

Assim, os estudos convergem ao apontar que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende de uma atuação colaborativa e reflexiva entre todos os profissionais da escola, pautada em práticas pedagógicas significativas, na formação docente permanente e no reconhecimento de que o processo de alfabetização é um direito de todos, inclusive dos alunos com deficiência.

2872

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos revisados permitiu compreender que o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel decisivo na promoção da alfabetização e na consolidação da inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial. As pesquisas apontam que o AEE, quando conduzido de forma intencional, planejada e colaborativa, constitui-se em um espaço de mediação pedagógica que favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dos alunos, valorizando suas singularidades e potencialidades.

As potencialidades evidenciadas concentram-se no uso de práticas pedagógicas diversificadas e multimodais, apoiadas por recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa CAA, tecnologias assistivas e metodologias lúdicas, que ampliam as possibilidades de interação, expressão e engajamento dos estudantes. Além disso, destaca-se a importância do professor do AEE como mediador do processo de aprendizagem, articulando diferentes

linguagens e promovendo experiências significativas que impulsionam o avanço na escrita e na construção do conhecimento.

Contudo, os trabalhos também revelam desafios que ainda limitam a efetividade do AEE nas escolas brasileiras. Entre eles, sobressaem a falta de articulação entre o professor do AEE e o docente da sala regular, o tempo insuficiente para o planejamento conjunto, a carência de formações continuadas específicas e a escassez de recursos materiais e tecnológicos adequados. Soma-se a esses fatores a necessidade de maior envolvimento da gestão escolar e das famílias, bem como de políticas públicas consistentes que garantam condições estruturais, pedagógicas e humanas para o funcionamento pleno do AEE.

Dessa forma, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva requer o fortalecimento do trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da escola, a ampliação dos espaços de formação e reflexão docente e o compromisso institucional com práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como princípio formador. O AEE, portanto, não deve ser visto apenas como um serviço complementar, mas como um componente essencial da política de inclusão e da garantia do direito à alfabetização de todos os estudantes, reafirmando o papel da escola como espaço de equidade, respeito e desenvolvimento humano integral.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o fato de ter se baseado exclusivamente em estudos já publicados, o que restringe a análise às interpretações e contextos apresentados pelos autores, sem a coleta direta de dados empíricos. Além disso, as investigações revisadas refletem realidades específicas, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos educacionais. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de campo que analisem de forma prática o impacto das estratégias do AEE na alfabetização.

2873

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Effective schools for all: an alternative approach to special needs in education. In: AINSCOW, M. (Ed.). Effective schools for all. London: David Fulton Publishers Ltd., 1991.

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos Alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

BARRETO, L. C. D.; SHIMAZAKI, E. M. Alfabetização dos alunos público alvo da educação especial: dificuldades dos professores no ensino regular. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e43/ 1-17, 201

BORGES, W. F.; TARTUCI, D. Concepções e práticas de alfabetização e de letramento de professores de Atendimento Educacional Especializado. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e4406153, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, jan. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o § único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008, p. 26.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

CASTRO, J. L. M. de. O desenvolvimento da escrita de estudantes com deficiência intelectual: uma análise sobre o uso de recursos de comunicação aumentativa e/ou alternativa no atendimento educacional especializado. 2019. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

FARIAS, R. de. Atendimento educacional especializado: possíveis contribuições para aprendizagem e apropriação da escrita alfabética por estudantes com deficiência intelectual. 2022. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós-graduação em Educação, Recife (PE), 2022.

2874

FERREIRA, D. C. K. Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular pública de ensino paranaense: desafios, limites e possibilidades do paradigma inclusivo. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 29, n. 55, p. 281-294, 2016.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JANNUZZI, G. S. de M. A educação dos deficientes no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; RAMOS, E. de S.; BARRETO, L. M. S. (org.). Atendimento Educacional Especializado – AEE. Campinas: FEAC / Programa Mobilização para Autonomia, 2008 (ed. rev. 2018). Disponível em: <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2018/05/ATENDIMENTO-EDUCACIONAL-ESPECIALIZADO.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27 de abril de 2006.

OMOTE, S. *et al.* Mudança de atitudes sociais em relação à inclusão. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 32, p. 387-396, 2005.

PADILHA, C. J.; FONSECA, J. R. da. PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: REFLEXÕES SOBRE AS TENSÕES, DESAFIOS E CONQUISTAS DA DOCÊNCIA. *Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPFIP*, Aquidauana, v. 1, n. 17, fev. 2025.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do Atendimento Educacional Especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 34, p. 31-48, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, M. D. T. Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto do autismo: diretivas e propostas de atividades para alfabetização. 2024. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande (PB), 2024. 2875

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. *Revista Interterritórios*, Caruaru, v. 3, n. 5, p. 21-33, 2017.

SALVINI, R. R. *et al.* Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 539-568, jul. 2019.

SILVA, S. G. C. da; FARIA, E. M. B. de. Uma proposta com multiletramentos no atendimento educacional especializado na alfabetização do aluno autista. *Revista de Educação PUC-Campinas*, [S. l.], v. 26, p. 1-16, 2021.

SOARES, M. B.; BATISTA, A. A. G. Alfabetização e letramento: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOUZA, S. T. S. de. Práticas de alfabetização para uma criança com transtorno do espectro autista: o trabalho colaborativo entre professoras do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado. 2024. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Programa de Pós-graduação em Educação, Recife (PE), 2024.